

## JACQUES DERRIDA, O INTRADUZÍVEL

Marcos SISCAR<sup>1</sup>

- RESUMO: Este trabalho aborda o problema da tradução por meio da análise de sua teoria e de sua prática na obra de Jacques Derrida. Tratando especificamente sobre o problema do "intraduzível" nos textos do autor e tirando daí algumas consequências para a reapropriação teórica que se pode fazer deles, notamos que a irredutibilidade da leitura faz parte dos fundamentos da atividade tradutória e aponta para a consideração de uma certa ética da relação com o outro.
- PALAVRAS-CHAVE: Desconstrução; Jacques Derrida; tradução; textualidade; ética.

O tema ou o motivo do "intraduzível" é um dos momentos mais difíceis para o entendimento da contribuição que a desconstrução – se é que podemos falar tão genericamente da diversidade de trabalhos inscritos sob este nome – tem a dar aos estudos sobre a tradução. É preciso, inicialmente, não confundir o intraduzível com a antiga temática, em geral literária, da superioridade do "original". Por intraduzível, entendo aqui o elemento perturbador da reapropriação de sentido que faz parte de toda tradução; intraduzível é aquilo que perturba a nomeação, a passagem à língua realizada pelo processo tradutório. O elemento intraduzível diz respeito, portanto, ao nome e àquilo que dele se

---

<sup>1</sup> Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – IBILCE – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP. [siscar@tll.ibilce.unesp.br](mailto:siscar@tll.ibilce.unesp.br)

faz, com ele ou por ele, isto é, em seu *nome*. Falar sobre o intraduzível é falar igualmente sobre o problema do uso metodológico da própria desconstrução (se entendermos aí uma certa leitura da obra de Jacques Derrida), daquilo que se faz sob a autoridade de seu nome.

O que é ou como falar do intraduzível, isto é, do impossível em tradução? Tomarei emprestado, já que ele se impõe, o nome de Jacques Derrida. O que é ou como falar do intraduzível na obra de Derrida? Menos do que falar sobre o intraduzível *segundo* Derrida, ainda que seja um tema caro ao autor, gostaria de comentar rapidamente o intraduzível *em* Derrida, a intraduzibilidade *de* Derrida, inclusive, formulação que aproxima de maneira mais efetiva o interesse geral do tema ao caso específico do autor no qual atua, que aproxima então, de certa maneira, a uma escritura um universo teórico.

## **A tradução como lei**

A tradução para Derrida não designa tão-somente os atos de transferência de uma língua para outra, nem unicamente as transferências internas a uma mesma língua. A lógica do transporte, da transferência, da transposição, é extensiva a toda produção de conhecimento. A estrutura de passagem de uma experiência não lingüística para uma língua é chamada, pelo autor, em diversos momentos, de “tradução”. A questão da tradução concerne, portanto, à totalidade do saber e não é por acaso que ela reaparece repetidamente em textos onde o assunto principal não é a tradução no seu sentido mais estrito. Sua importância como matriz de pensamento sobre a relação com a gênese do discurso é bem clara.

A idéia dessa tradução, em sentido amplo, não tem em Derrida, como sabemos, o tratamento platônico que alguns estudiosos identificam como sendo sua lógica tradicional e que consiste em conceber o processo tradutório como uma duplicação derivativa do original (entendido como significado) através do abandono de seu corpo (entendido como significante). Não se trata, portanto, de dizer que o conhecimento traz para a linguagem experiências mudas, já acessíveis de alguma maneira a uma consciência: essas experiências só se dão efetivamente quando *traduzidas*. A tradução liga-se à gênese do conhecimento de maneira originária. A tradução constitui, por assim dizer, uma *passagem* ao discurso – que é o elemento onde nos encontramos.

Derrida (1992) fala sobre isso diretamente quando comenta a tradução do *pharmakon*, noção cuja polissemia (remédio, veneno, droga, filtro etc.) ele revela e explora em "A Farmácia de Platão":

a unidade plástica deste conceito ou, melhor dizendo, sua regra e a estranha lógica que o liga a seu significante foram dispersadas, mascaradas, obliteradas, atingidas por uma relativa ilisibilidade pela imprudência ou empirismo dos tradutores, certamente, mas antes de mais nada pela temível e irredutível dificuldade da tradução. Dificuldade de princípio que diz respeito menos à passagem de uma língua para uma outra, de uma língua filosófica para uma outra, do que à tradição, como veremos, do grego ao grego, e violenta, de um não-filosofema para um filosofema. Com este problema de tradução, estaremos tratando de nada menos do que do problema da passagem à filosofia. (p.80)<sup>2</sup>

A tradução não é somente uma transferência entre idiomas. Todo conceito é fruto de uma passagem ou tradução da experiência não-filosófica para a filosofia. Essa idéia da tradução como passagem ao conhecimento, à qual já aludiam os românticos alemães (cf. Berman, 1984), é, portanto, uma espécie de lei a que está submetido o saber. Todo conhecimento já é, sempre e de imediato, uma tradução; em outras palavras, constitui-se como um desvio em relação à identidade a si de uma suposta experiência original. Todo conhecimento constitui-se sempre, e já, como uma espécie de metáfora, como derivação em relação ao próprio. A tradução, portanto, não é um processo como outros: ela é o princípio ou a regra originária da articulação do saber.

Como no caso da metáfora (a cujo caráter indecível Derrida aponta com frequência), a tradução não é uma *regra* no seu sentido sistemático, sistematizador. É o que lembra o autor quando aborda esta lei geral, não apenas como um princípio, porém, mais propriamente, como uma "dificuldade de princípio". Em outras palavras, originária não é a tradução como tal, mas a "temível e irredutível dificuldade da tradução". É preciso assinalar essa idéia: *a temível e irredutível dificuldade da tradução* é aquilo que inaugura o conhecimento, a verdade do conhecimento da tradução como tradução. Ainda sublinhando essa difícil passagem, esse inacabamento constitutivo, no texto "Des Tours de Babel", Derrida (1987) dá destaque à idéia da "confusão" como momento original da tradução, momento em que o

---

2 Todas as traduções são feitas por mim.

nome próprio, intraduzível, é também nome comum, confundindo-se com ele.

O movimento de generalização daquilo que poderíamos chamar a lei da tradução conduz, dessa forma, a uma dificuldade incontornável que combina num mesmo movimento a proposição da regra e a proibição da regra; a reiteração de seu traço torna-se concomitante à sua retirada (um *re-trait*, cuja articulação dupla é um dos movimentos fundamentais da desconstrução derridiana). A lei da tradução como desvio é assim desvio em relação à própria lei. Em outras palavras, se a tradução é concebida como uma leitura, se a tradução é uma espécie de crítica (se quisermos pensar no conhecido ensaio de Haroldo de Campos, "Da tradução como criação e como crítica"), é preciso lembrar que leitura e crítica são igualmente traduções: é sua lei.

O discurso sobre a tradução encontra-se assim numa situação problemática em relação ao conteúdo positivo de suas afirmações, ainda que proceda de maneira cuidadosa e ainda que prime pela capacidade de explicitação de suas estratégias. Para Derrida (1987), o discurso sobre a tradução não poderia deixar de levar em conta o problema de sua própria existência como tradução: "Não se deveria nunca silenciar a questão da língua na qual se coloca a questão da língua e se traduz um discurso sobre a tradução" (p.204).

Se a lei da tradução não pode ser generalizada num único traço, a lei da tradução também não pode ser delimitada e resgatada com um único traço. Essa lei é, portanto, um conteúdo de verdade ao mesmo tempo traduzível e intraduzível. Sua elaboração tem algo de necessário e de impossível, como veremos.

## **Entre o necessário e o impossível**

A lógica do texto entendido como tradução, essa convivência conflituosa entre o traduzível (ou "traductível", como prefere Derrida, para distinguir a ilusão de tradução desta outra tradução como renegociação com o acontecimento da origem) e o intraduzível, marca os textos de Derrida. A observação atenta da singularidade desses textos mostra uma constante tensão entre a tradução como lei necessária e a tradução como lei impossível, como imposição e proibição da tradução segundo os termos de "Des Tours de Babel" (Derrida, 1987). Essa tensão, por conseguinte, é muito mais e muito menos do que uma tese, do

que uma formulação teórica. Em todo caso, ela é visível em todo campo de forças onde se configura um discurso.

Meu exemplo será genérico, mas ele tem o mérito de conduzir ao cerne da questão, aquele que nos preocupa em nossa *atualidade*. Trata-se da dificuldade de tradução, entendida no sentido amplo que lhe dei, do pensamento ou do nome de Derrida, ou seja, da passagem ou do acesso ao pensamento da desconstrução que, como pensamento da tradução, é tradutível e intraduzível, dá-se e retira-se. Sem abusar dessa sintaxe aglutinante, arrisco-me a estabelecer duas proposições.

Primeira proposição: *traduzir o pensamento de Derrida é possível*. De fato, ele tem sido normalmente requisitado, traduzido, como força teórica capaz de modificar nossa visão do texto, não só no seu sentido restrito e convencional de original, mas em sua acepção mais elaborada de escritura que o liga ao *texto* histórico, cultural, psicanalítico etc. Traduz-se, lê-se, ensina-se, discute-se Derrida – como fazemos aqui. Sua tradução tem parecido, para muitos dentre nós, uma necessidade inadiável. Em parte pela sua própria *novidade*, pelo seu caráter inusitado e, portanto, pouco cômodo, pode-se dizer que a tradução do pensamento derridiano tornou-se necessária.

Segunda proposição: *traduzir o pensamento de Derrida é impossível*. Traduzi-lo, recuperá-lo de maneira sistemática, é irrealizável. Fazer dele uma teoria, um método aplicável de maneira idêntica em diferentes situações é ignorá-lo de maneira essencial, já que ele descreve, reivindica e dramatiza a estrutura de um evento, de um acontecimento, que é sempre único, não apropriável. Ele não se organiza em torno de teses. Sua própria maneira particular de manifestar-se, que não separa os conteúdos teóricos de sua manifestação única dentro da estrutura da língua francesa, é um indício desta irreduzível dificuldade da tradução.

Entre os leitores, isto é, *tradutores* de Derrida, não é difícil reconhecer episodicamente uma certa impaciência a propósito daquilo que seduz justamente outros leitores, em outros casos. Sobre um texto recém-lançado no Brasil, certo leitor dizia, com um pouco de malícia: “por que ele tem que escrever desse jeito?”. Por que, para organizar conhecimentos em torno de um assunto, um teórico usa recursos tão pouco ortodoxos que parecem dificultar o acesso ao sentido, colocando-o em risco? E para mostrar o sentimento de exagero da retórica empregada pelo autor, pronunciava o neologismo do título do recém-lançado volume como se fosse um trava-língua. Sem entrar no uso paródico do trava-língua (a paródia é um gênero específico de tra-

dução), é importante destacar a frase: *por que ele tem que escrever desse jeito?*

## O impossível como imperativo

Talvez esse pequeno desvio pelo problema do texto – que não se resume simplesmente à questão conhecida por “estilo” – nos leve mais decisivamente não ao impossível em si, mas ao ponto em que coincidem ou se tocam estranhamente (escandalosamente, para a teoria tradicional da tradução) o possível e o impossível.

Por que alguém *tem que* escrever de tal forma? Que imperativo, que gosto ou que interesses faz que alguém articule assim seu discurso, que traduza suas idéias de uma maneira ou de outra? Para precipitar a conclusão, é preciso dizer que se trata, sim, de um imperativo, que seria o imperativo ou o dever ditado pela “coisa”, por um “outro”. Existe uma ligação necessária entre o texto e o momento, a circunstância, o chamamento que constituem sua gênese. Por que escrever *Signéponge* (título de um de seus livros) ligando “signo”, “assinado”, (Francis) “Ponge”, “esponja” numa só palavra, num só conceito ou antes numa certa “unidade plástica”? Por que deslocar partes do que parece um sintagma para o ambíguo espaço do subtítulo (*Margens – da filosofia*, por exemplo), sublinhando a coexistência de valores na partícula DA (genitivo indicando proveniência ou preposição com valor de partitivo)? Trata-se, em um caso, da necessidade de responder ao imperativo daquilo que Derrida chama de “assinatura” em Ponge; e, em outro, de articular um duplo saber que está às margens da filosofia, além de ser filosofia, uma filosofia da margem.

Longe de propor uma mera duplicação mimética da natureza presumida das coisas, o que os textos de Derrida buscam é *responder* à lei ditada pelo outro, numa atitude mais ou menos ativa, mais ou menos passiva comentada no texto “Carta a um Amigo Japonês” (cf. Derrida, 1987). Por que Derrida tem que escrever de tal maneira? Ora, é a lei da coisa. Mas seria pouco dizer que o texto de Derrida constrói-se sempre em íntima ligação com o evento único. A conclusão é genérica demais para que seja justa com o espanto constante do contato com o intraduzível.

O mesmo espanto tem marcado com certa frequência o primeiro contato com os textos de Derrida, que ele mesmo assume como “*mons-*

truosos", isto é, como textos que não se prendem aos protocolos reconhecidos da prática teórica. Na época da publicação de *Glas*, por exemplo, artigos de jornal o qualificam de "diabólico", um livro "provocante e enigmático". Em alguns dos seus textos, Derrida chega a incorporar a figura do tradutor, fazendo dela uma espécie de interlocutor-revelador dos meandros problemáticos da linguagem em processo de constituição.

Diante desse espanto e dessa dificuldade, a interrogação do tradutor do pensamento de Derrida não seria muito diferente: traduzo em nome do quê? qual é o imperativo que me leva a traduzir?

Como o autor explica repetidamente, a necessidade da tradução está diretamente relacionada com a sua impossibilidade; é o próprio intraduzível que solicita a tradução. Minha hipótese, portanto, é a seguinte: aquilo que faz que o pensamento de Derrida deva ser traduzido é algo de sua intraduzibilidade, digamos de sua *originalidade*, sua diferença que é também a sua *différance*, diferença inaudível, quase inexistente e inscrita na letra. É por não ser facilmente assimilado ou traduzido em nenhum outro sistema de pensamento que seu pensamento se sustenta como algo necessário para a época presente. É por resistir até mesmo à apropriação descritiva e aplicativa que ele solicita a tradução. Ainda que o autor, episódica mas reiteradamente, lembre que não diz nada diferente de Heidegger, nada diferente de Lévinas, que não tem nenhuma discordância com Deleuze, por exemplo, nada que não esteja inclusive potencialmente inscrito no próprio *logos* ocidental, resta uma diferença que parece irreduzível considerando-se essas obras de fato bastante heterogêneas. Proponho chamar a essa diferença de seu caráter intraduzível.

Se há alguma coisa que *devemos* traduzir é o intraduzível, aquilo que no outro permanece incontornável e incontestável em sua alteridade. Derrida nomeia-o, em alguns momentos, como assinatura singular, isto é, o lugar onde se dá a alteridade absoluta do texto, como texto. Como traduzir Derrida sem levar em conta seu texto, a estranheza de seu texto? Não apenas procedendo à análise dos protocolos, dos expedientes retóricos, de sua *mise en scène*, isto é, não apenas procedendo a uma análise de retórica tradicional. O texto, qualquer texto, exige também esse tipo de atenção. Mas é preciso destacar aquilo que, nessas obras, *dramatiza* a impossível conciliação entre sua absoluta traductibilidade e o estranho absoluto de onde procede.

Se pensarmos na maneira pela qual Derrida usa textos ou palavras estrangeiros em suas obras, talvez percebamos algo dessa aporia cons-

titutiva da tradução. O autor nem sempre traduz para sua língua elementos da língua estrangeira com que ele trabalha. Claro, como tradutor, Derrida contribuiu para a língua filosófica francesa propondo interferências criativas; como tradutor de Husserl, criou o *vouloir-dire* (querer-dizer), por exemplo, em lugar de *Bedeutung* (significação); como tradutor ocasional da linguagem heideggeriana associou o *es gibt* (*il y a*; há, existe) ao *donner* (dar); trouxe o *acontecer* para a rede de sentidos do *événement* (evento, acontecimento), como modo do *vir* (*venir, avènement, avenir, aventure*); reinterpretando proposições de Kant, criou uma cadeia de referências extremamente profícua com o *tom*; os exemplos são muitos de como se traduz assumindo a responsabilidade, inclusive teórica, de sua tradução. Entretanto, como se apontasse para uma dificuldade de princípio, Derrida nem sempre traduz, deixando enxertado o texto estrangeiro como momento do próprio texto. O texto alheio, por sua profunda estranheza, tem às vezes a força do evento e constitui o ponto de partida da constituição do saber. Muitas são as contribuições do inglês, do italiano, do grego, do espanhol. A multiplicidade e a mistura de línguas se efetiva para além do amálgama de idiomas, trazendo aquilo que a língua estrangeira tem de estranho e inquietante, em todo caso, de impensado para a constituição do conhecimento. É o que o autor valoriza quando examina a expressão *And he war*, em Joyce, cujo segundo termo (*war*) oscila entre o inglês e o alemão. Entre uma e outra prática (a da traductibilidade e a da intraduzibilidade), não existe, portanto, uma perspectiva que se possa dizer sistemática em relação à possibilidade ou à impossibilidade da tradução.

A presença da língua estrangeira é apenas, como sugeri, o indício de uma dramatização da necessidade de consideração da alteridade, da necessidade de pensar aquilo que permanece impensado na outra língua. Mas, é claro, considerando a generalização que propomos do termo tradução, essa alteridade pode ocorrer na tradução dentro da mesma língua. Ela é uma exigência dramática sobretudo no caso de textos que são escritos em vários idiomas. Vejamos um exemplo mais complexo. Comentando o texto de Walter Benjamin sobre a "tarefa do tradutor", Derrida (1982) lembra o fato significativo de o filósofo alemão não ter traduzido o texto francês de Mallarmé mencionado por ele pelo fato de reconhecê-lo como exemplarmente "intraduzível" (p.160). Já o tradutor francês de Benjamin, reproduzindo o mesmo texto de Mallarmé no contexto de sua língua modifica a situação babélica assumida por Benjamin; a transformação involuntária, neste caso, reitera a intraduzibilidade originária, apesar de a prática do tradutor denotar uma



crença na traduzibilidade geral de uma língua a outra e dentro da mesma língua. Como traduzir um texto cuja estranheza está no fato de ele tornar estranha para o tradutor a própria língua daquele que traduz? “Tenho somente uma língua, não é a minha”, diz Derrida em *Le Monolinguisse de l’Autre*. Ignorar o problema é, na verdade, abdicar de traduzir.

Assim, se a língua do outro é sempre, inevitavelmente, de uma forma ou de outra, traduzida, é sua estranheza que solicita a tradução, a leitura, a produção de significados e de saberes. O intraduzível da língua alheia, ao se manifestar, ou seja, ao ser colocado em situação de tradução, é aquilo que provoca o conhecimento, instaurando sua tensão. É a diferença, não a identidade, que torna a tradução necessária. Finda a situação pré-babélica da língua adâmica, a situação mítica do entendimento universal, só nos resta a tradução. O evento babélico é o momento da instauração das diferenças, da disseminação das línguas, e, conseqüentemente, da tradução. O outro, que não entendemos, se define como aquele que precisa de tradução, aquele em função do qual existe tradução; e o tradutor, como aquele que se reconhece “endividado” pela existência do original, por seu “pedido de sobrevivência”. É o que afirma Derrida (1982), a partir de Walter Benjamin, em *L’Oreille de l’Autre*:

a tarefa do tradutor, Benjamin não diz da tradução ... mas do tradutor, isto é, de um sujeito que se reconhece imediatamente endividado pela existência do original, que se reconhece submetido à lei do original e obrigado, por dever, a fazer alguma coisa pelo original, a tarefa do tradutor é justamente de responder a este pedido de sobrevivência que é a própria estrutura do texto original. (p.161-2)

O tradutor se define, portanto, como aquele que *tem que*, que tem o *dever* ou a *tarefa* de responder ao chamado do texto original, pela própria existência do texto original como texto originariamente intraduzível. O tradutor está também fadado a uma “experiência do impossível”, de que fala Derrida em outro contexto, a uma experiência do estranho ou do estrangeiro. Refiro-me também, aqui, ao indispensável trabalho de Antoine Berman cujo título mais conhecido é *L’Épreuve de l’Étranger* (o teste, a prova, a experiência do estranho ou do estrangeiro), expressão que se apresenta de imediato como um desafio para a tradução. Para Berman (1984), o estranho-estrangeiro é aquele ou aquilo que permite a tradução e que a ela resiste, que instaura, como

vimos, o dever ou a tarefa do traduzir, que instaura, portanto, uma espécie de “ética da tradução” baseada na consideração da *relação* como exigência do contato com a alteridade:

Ora, a tradução ocupa aqui [na cultura que se quer auto-suficiente] um lugar ambíguo. Por um lado, ela se submete a esta injunção apropriadora e redutora, ela se constitui como um de seus agentes. O que acaba por produzir traduções etnocêntricas, ou aquilo que se pode chamar de “má” tradução. Mas, por outro lado, a *perspectiva [visée] ética* do traduzir opõe-se por natureza a esta injunção: a essência da tradução é de ser abertura, diálogo, mestiçagem, descentramento. Ela é relação, ou não é nada. (p.16)

## **Responder: a ética da tradução**

Se não atentarmos para o problema da intraduzibilidade, reproduzindo o projeto de uma traduzibilidade generalizada, corremos o risco de abolir a tradução como princípio que nos impele e nos impede, concomitantemente.

Traduzindo isso para o meu exemplo central, eu diria que o problema da intraduzibilidade deve se colocar também para o caso da leitura da obra de Derrida. É claro que essa proposição encontra suas próprias razões e exigência nos textos de Derrida e, o que não é de pequena importância, na circunstância atual dos estudos sobre o autor. Se ao leitor dos textos de Derrida cabe assumir a responsabilidade de sua leitura, não lhe é menos necessária a consideração da singularidade irreduzível do texto que traduz, isto é, a consideração de seu caráter intraduzível. Desse caráter intraduzível depende, na verdade, a própria noção de responsabilidade.

A responsabilidade não pode ser algo que se *assume*, simplesmente, equilibradamente, tomando sobre si ou para si a direção, a custódia ou o destino do outro (que supomos, no caso, fora de nós); este gesto tradutório estaria muito próximo da tradução “etnocêntrica”. Ainda que a necessidade de retirar a tradução de sua “condição ancilar”, auxiliar, servil, como diz Berman, seja uma tarefa inadiável, devemos lembrar que a responsabilidade não consiste apenas na apropriação mais ou menos respeitosa do outro (trazendo-o para nosso campo de conhecimento, para nosso “horizonte de expectativa”). A *responsa-*

*bilidade* teria também algo de resposta, de atenção, ao chamado de um outro. Ela pode ser entendida como momento ético da tradução, como momento *crítico* no sentido de crise da escolha, assunto de fato pouco sublinhado e que tem conseqüências reais na prática da tradução. A questão “*como traduzir o intraduzível?*” se liga assim à questão “*por que traduzir o intraduzível?*”, implicando uma problemática que é tão lingüística quanto filosófica, tão política quanto psicanalítica. Como e por que traduzir Jacques Derrida, o intraduzível? É essa responsabilidade da tradução diante da hospitalidade ou da violência de seu gesto que deveria, portanto, ser alçada à condição de questão para o tradutor.

SISCAR, M. Jacques Derrida, the untranslatable. *Alfa (São Paulo)*, v.44, n.esp., p.59-69, 2000.

- **ABSTRACT:** *This paper deals with the problem of translation through an analysis of its theory and practice concerning Jacques Derrida's works. Considering specifically the problem of the “untranslatable” in the author's texts and from that assuming some consequences for a theoretical reappropriation of them, it may be noticed that reading irreducibility takes part in the foundations of the translation activity and indicates a consideration of a certain ethics of the relation with the other.*
- **KEYWORDS:** *Deconstruction; Jacques Derrida; translation; textuality; ethics.*

## Referências bibliográficas

- BERMAN, A. *L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne Romantique*. Paris: Gallimard, 1984.
- CAMPOS, H. Da tradução como criação e como crítica. In: \_\_\_\_\_. *Metalinguagem*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- DERRIDA, J. *La dissemination*. Paris: Seuil, 1972.
- \_\_\_\_\_. *L'oreille de l'autre (otobiographies, transferts, traductions)*. Montreal: Vlb, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Psyché – inventions de l'autre*. Paris: Galilée, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Le monolingüisme de l'autre*. Paris: Galilée, 1996.